

A União Europeia no início do século XXI: expansão geográfica, indefinição política e irrelevância estratégica

The European Union in the XXI century: geographic expansion, strategic uncertainty and political irrelevance

João Fábio Bertonha*

Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010 [p. 25 a 32]

Introdução

A União Europeia reúne alguns dos países mais ricos e tradicionais do mundo e ela é um grande sucesso, tendo ajudado a trazer, para a Europa, uma paz e uma estabilidade inéditas. Além disso, com o seu Estado de bem-estar social, a Europa é, ao menos no meu juízo, o melhor lugar do mundo para se viver. Não que seja um paraíso ou isenta de problemas, pelo contrário, mas, para um cidadão médio, é muito mais interessante viver num membro da União do que em qualquer outro lugar do planeta, salvo exceções.¹

Qualidade de vida não significa, contudo, relevância como ator internacional e/ou participação nos processos decisórios que afetam a vida de todos os Estados e sociedades dentro de um mundo globalizado. E o projeto europeu não se limita, desde o início, a dar paz e prosperidade a seus membros, mas sempre objetivou, igualmente, a ser um instrumento que permitisse a Europa recuperar o seu antigo poder e influência mundiais. No entanto, enquanto o primeiro objetivo foi cumprido, o segundo ainda enfrenta dificuldades, sendo que os acontecimentos nesta última década indicam claramente os limites da União Europeia nesta direção.

O presente artigo procura analisar os esforços da União Europeia para se constituir em ator internacional relevante na última década. Para tanto, ele abordará três das questões ou fenômenos centrais que caracterizaram a última década na Europa, ou seja, a expansão geográfica, a dificuldade de definição política e a incapacidade de construção de uma política externa e de um aparato militares comuns. No meu entender, se examinarmos o noticiário europeu nos últimos dez anos e reduzirmos a massa de dados conjunturais a eixos estruturais, serão estes três elementos que aparecerão e é por isto que os enfatizamos. Minha perspectiva é que a análise conjunta dos mesmos nos dará a chave para entendermos os avanços e os dilemas no esforço europeu para a construção de uma nova potência.

A expansão geográfica: até onde vai a Europa?

Originalmente, a União Europeia consistia de seis Estados membros (Alemanha Ocidental, Itália, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda). Ela cresceu progressivamente, em 1973 (Reino Unido, Irlanda e Dinamarca), 1981 (Grécia) e 1986 (Espanha e Portugal), até abranger o coração da Europa Ocidental. Nos anos 90, com a queda do bloco

* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (fabiobertonha@hotmail.com).

¹ Este artigo amplia e atualiza algumas reflexões que desenvolvi em outros artigos, os quais estão reunidos em Bertonha (2010).

soviético, finalmente, a União Européia incorporou a antiga Alemanha Oriental e vários dos antigos Estados neutros (Suécia, Finlândia e Áustria).

Em 2004, o número de Estados pertencentes à União praticamente dobrou, passando dos 12 do núcleo original para 25, apesar de algumas restrições, especialmente em fundos de apoio e livre circulação de cidadãos, aos recém chegados. A expansão, nessa última onda, se concentrou na Europa Oriental, com Chipre, República Tcheca, Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Eslováquia, Eslovênia e Hungria. Em 2007, finalmente, incorporaram-se a Romênia e a Bulgária, formando o atual bloco de 27 países.

O próximo estágio no processo de expansão será, provavelmente, no restante dos Balcãs. Realmente, ter os Estados balcânicos na União Européia é um desdobramento óbvio da integração da Europa, completando as suas fronteiras no sudeste, além de permitir que essa região politicamente instável seja pacificada. Como visto, ele já começou e o próximo estágio será a Croácia. Os outros países ainda poderão demorar anos ou décadas para serem incorporados, mas o que é certo é que, pela própria geografia, os Balcãs serão parte do futuro Estado europeu. O mesmo pode ser dito dos micro-Estados europeus, do único dos antigos Estados neutros da Europa ainda fora da União (a Suíça) e daqueles que já pertencem à OTAN, mas relutam em aderir à União Européia, como a Islândia (que já apresentou o seu pedido), a Noruega e, talvez, a dependência dinamarquesa da Groenlândia.

Com a incorporação dos Estados balcânicos e dos poucos ainda relutantes da Europa Ocidental, a União Européia terá atingido o que, pela geografia, seria provavelmente a sua base territorial básica. A partir daí, contudo, abrem-se possibilidades outras de expansão, que, por improváveis que sejam a curto e médio prazo, merecem ser investigadas para que possamos ter clareza sobre os dilemas a que a expansão sem fim da Europa pode trazer para ela própria.

O primeiro caso seria o dos Estados cristãos do Cáucaso. Por enquanto, a União Européia não tem demonstrado grande entusiasmo em considerar a adesão desses Estados, dada a instabilidade política e a pobreza atuais na região. No entanto, algumas vozes políticas e da opinião pública da Geórgia e Armênia já se manifestaram a favor e a ligação cultural desses povos com a Europa poderia ser um argumento a favor dessa ambição.

No caso de Bielorrússia, Ucrânia e Moldova, as chances podem ser maiores. Nos planos da União Européia, não há nenhuma estratégia clara de expansão por estas regiões, mas seria um desdobramento lógico depois que a incorporação dos Balcãs estivesse concluída. A Ucrânia está claramente dividida a respeito dessa possibilidade, enquanto a União Européia hesita em se comprometer a respeito, ainda que admitindo a hipótese de uma futura adesão ucraniana. Já Bielorrússia e Moldova não são ainda consideradas para ser parte da Europa, dada a sua pobreza e instabilidade política enquanto uma possível adesão russa é quase impensável, pelo próprio gigantismo da Rússia.

Outra fronteira problemática da Europa é o mundo islâmico ao sul do continente. A Turquia já apresentou a sua candidatura, a qual enfrenta imensas resistências, já que os turcos são um povo muçulmano e de raça não européia, mas parece provável que a União Européia não será capaz de retardar a entrada turca *ad infinitum*, como muitos gostariam. O Marrocos e o Cabo Verde manifestaram a intenção de se unir à UE algumas vezes e vozes em Israel e na Tunísia dizem que uma candidatura seria uma possibilidade. Mas esses países não têm a força geopolítica da Turquia e nem um pequeno trecho de território no continente, o que torna, pelos critérios de Copenhague aprovados em 1993, altamente improvável que esses pedidos sejam aceitos. Assim, acredito que a Turquia será o primeiro e o último Estado muçulmano (além da Albânia e da Bósnia) a ser incorporado na Europa.

Esse exercício de futurologia sobre o crescimento da União Européia, (puramente hipotético, com certeza) é útil para nos indicar aquele que é um dos dilemas centrais da UE hoje, ou seja, a sua identidade. Onde começa e onde termina a Europa e o quais os requisitos para fazer parte do clube, para ser “europeu”?

Uma possibilidade é imaginar que a Europa está restrita à raça branca e aos povos cristãos, como tantos defendem, mas isso geraria imensos problemas e conflitos. Seria também possível imaginar a União Européia como a metade do Ocidente mais preocupada com os direitos humanos e menos à direita do que a sua contraparte, ou seja, os Estados Unidos. No entanto, não apenas a definição de onde começa e onde termina o Ocidente é complexa, como

abriria ainda mais as possibilidades para a Europa se estender ao infinito. Nesse caso, a Europa seria tudo, mas, ao mesmo tempo, não seria nada.

É provável que a futura definição da Europa acabe por mesclar esses componentes. A geografia (assim como os custos financeiros de uma expansão contínua) deve pesar e a futura União Européia, possivelmente, se definirá como um condomínio de nações de origens cristãs e ocidentais, defensoras do desenvolvimento econômico, da democracia e dos direitos humanos, mas restrita ao espaço entre o mundo eslavo e o Atlântico, com o norte da África e o Oriente Médio como áreas de influência. Através da Turquia, também o Cáucaso e a Ásia Central sentirão a força da Europa.

Esse processo de expansão é realmente um dos grandes atrativos e poderes de Bruxelas para a sua atuação no mundo. Ela seduz pela prosperidade e pela promessa de integração no bloco, o que facilitou a estabilização de boa parte da Europa oriental depois da queda do comunismo. Ainda hoje, é a arma da aceitação, ou não, no bloco, que permite que a posição da União em questões complexas – tratamento das minorias, corrupção, direitos humanos, legislação e outras – seja imposta nos mais diferentes países, como a Sérvia, a Turquia ou a Bósnia, sem a necessidade de uso da força.

Com certeza, nem sempre esta arma é cem por cento eficaz, mas a sedução de ser membro da União é fundamental para a atuação internacional e, especialmente, regional da União Européia. É, com efeito, um atrativo que nem China nem Estados Unidos oferecem, ou podem oferecer, aos seus vizinhos. Não espanta, assim, que analistas como Parag Khanna (2008) a vejam com tanta simpatia, como um Império que seduz, e não conquista.

No entanto, os limites desse poder são claros. Parag Khanna, citado, por exemplo, tem tamanha admiração pela UE que ele vê, na mesma, uma visão de “Europa” não excludente, nem branca e nem cristã, capaz de absorver muçulmanos, asiáticos e todos os outros povos. A realidade mostra que isso não é bem verdade. Afinal, se o Marrocos ou a Turquia fossem cristãos, não teriam sido integrados, há muito, na União?

Com efeito, estes países e outros da África e Oriente Médio podem ser colocados dentro da esfera de influência da Europa, mas não a ponto de fazerem parte dela, mesmo estando nas vizinhanças. Acredito que, para a Europa, seria muito mais fácil, se a geografia o permitisse, admitir a Austrália, o Canadá ou a Argentina na União do que a Turquia ou o Egito. Afinal, são países majoritariamente cristãos e brancos, um pré-requisito que nunca deve ser mencionado, mas que, lá no fundo, está sempre presente. Dessa forma, a sedução de ser membro da União Européia só funcionará enquanto houver países “adequados” para a integração.

Depois, nem todas as questões internacionais podem ser abordadas dessa forma. Quando a EU tiver que intermediar, digamos, um conflito entre indianos e paquistaneses, o que ela fará? Prometerá ingresso na União a ambos? A integração ao bloco e a expansão geográfica da Europa é uma arma excepcional de Bruxelas, mas também tem limites.

Essa expansão da União também traz outros problemas. Os custos de absorção, tanto financeiros, como sociais são altos e isso pode diminuir o ímpeto europeísta em vários países. Do mesmo modo, há riscos imensos de que ela acabe por gerar uma estrutura ampla geograficamente, mas com laços frouxos entre si, amplificando problemas já existentes hoje. Nesse caso, a futura UE seria apenas uma frouxa confederação de Estados unidos por uma moeda única e um mercado comum e inoperante, em termos globais, por total incapacidade de coordenar as políticas externas e mesmo internas. Esse já é um dos principais problemas europeus, como veremos abaixo, e uma expansão excessiva, ou rápida demais, pode piorá-lo ainda mais.

A expansão da União Européia, a qual marcou a sua história na última década, é, portanto, fator de força e de fraqueza. Força, ao ampliar os recursos demográficos, territoriais e econômicos desta. E fraqueza, ao gerar dispersão de esforços e recursos e tornar o projeto europeu ainda mais fluido do que já é.

Indefinição política: federação ou confederação?

A União Européia constitui-se num ambicioso projeto de engenharia política, o qual, em última instância, deveria unificar o continente europeu. Apenas por seus propósitos, ela já se diferencia dos outros blocos que se espalham

hoje pelo planeta, os quais, em geral, não pretendem chegar até a unificação dos vários países que a compõem. Isso faz da experiência europeia algo muito particular, originário da sua realidade histórica, e que não tem equivalente, ainda, em outras partes do globo.

Até onde este projeto conseguirá ser implantado é, com certeza, a grande questão. De qualquer modo, é sempre útil especular, supondo que o processo continue a seguir em frente, sobre qual tipo de estrutura política se originará dali. Lá no fim do processo, veríamos o surgimento de um novo Império europeu, de um super-Estado ou de uma Federação europeia? A questão parece ser apenas acadêmica ou de nomenclatura, mas, na verdade, ela indica bem quais as possibilidades que estão diante da Europa hoje, assim como os limites e constrangimentos para a sua atuação internacional.

Examinemos, inicialmente, o que é a União Europeia hoje em termos internacionais. Antes de tudo, fica claro como os Estados europeus cederam parte razoável dos seus poderes para a entidade, sendo a criação do Banco Central europeu e do euro exemplos perfeitos disto. Renunciaram, além disso, ao direito de resolver suas disputas uns com os outros pela guerra. A geopolítica e a competição entre os Estados europeus, claro, continuam, mas reorganizadas dentro da nova realidade do bloco.

No entanto, nenhum dos Estados membros abdicou de uma política externa independente e eles também conservam a soberania nos seus territórios. A França, por exemplo, cedeu imensos poderes à Europa, mas quaisquer ações da União em território francês só podem se dar através do Estado soberano francês, e não sobre ele. A Europa, hoje, é uma associação de Estados soberanos, e nada mais.

Sabemos que existe uma ampla discussão, na ciência política e no direito, sobre o que é soberania e não é o caso de reproduzi-la aqui. Por soberania, entendemos simplesmente a última instância de poder, a palavra final sobre questões fundamentais, num dado território. Por mais teórica que a soberania seja, em alguns casos, ela é a base do ordenamento jurídico do moderno Estado-nação e, se pensarmos no mundo das relações internacionais, é a entidade política dotada dessa soberania, o Estado, que se constitui no ator central desse mundo desde, pelo menos, o século XVII.

Como a União Europeia ainda é, como já mencionado, apenas uma associação de Estados soberanos, não podemos dizer que ela tenha rompido completamente com os padrões anteriores e criado algo novo. Apesar das imensas mudanças que a simples existência da União Europeia trouxe para o relacionamento dos Estados europeus entre si e com o mundo, a Europa de hoje ainda é um continente de Estados-nação soberanos. O grande divisor de águas, na Europa, será o momento de transferência de soberania dos Estados nacionais para a União. Será a partir desse momento que surgirá, ou não, algo radicalmente novo no continente.

Algumas pessoas poderiam argumentar, claro, que essa questão da soberania é vazia e que, no mundo moderno, Europa incluída, caminhamos para um sistema onde a regra geral é a convivência de mil e um poderes (ou soberanias) no mesmo território. Um cidadão que morasse em Milão, por exemplo, seria sujeito aos poderes da União Europeia, do Estado italiano, da cidade de Milão, das empresas transnacionais e ONGs que ali atuassem, etc. Nesse caso, a própria discussão sobre que organização política está se formando na Europa seria inútil, pois qualquer coisa que surgisse aí seria apenas um poder, uma soberania a mais, e pronto.

Que caminhamos para um mundo onde, cada vez mais, conviveremos com uma multiplicidade de poderes atuando num mesmo território, parece evidente. No entanto, considero difícil acreditar que seja possível a existência de vida social sem algum tipo de palavra final. Vários poderes podem conviver num mesmo território, mas não parece possível a convivência de duas soberanias no mesmo espaço.

O momento crítico de qualquer projeto europeu, portanto, será o da transferência real de soberania dos Estados europeus para a União, com a unificação dos sistemas judicial e eleitoral, da polícia, das forças armadas, da política externa, de imigração, etc. e a formação de uma Federação. Claro que esse passo radical pode muito bem não se dar e, nesse caso, a Europa continuará a ser a Confederação de Estados que ela é hoje, na qual os Estados membros mantêm a sua soberania, associada a fortes vínculos entre si.

Federação ou Confederação. Parecem ser essas, efetivamente, as alternativas européias hoje, sendo mais provável, a meu ver, que, pela própria resistência dos Estados europeus em ceder a sua soberania, a segunda opção continue a triunfar sobre a primeira, o que, em última instância, é um dos grandes problemas e limitações da ação internacional da Europa.

A recente crise do euro é exemplar desta situação. Em linhas gerais, no mundo moderno, a emissão de moeda é uma prerrogativa dos Estados soberanos dentro do seu território e, apesar da independência relativa de alguns bancos centrais, a política monetária é apenas um dos instrumentos da política econômica de um Estado. No caso do euro, contudo, ao lado de uma política monetária comum, formulada pelo Banco Central Europeu, temos políticas e realidades econômicas as mais diversas, o que levou a um descompasso que foi percebido, pelos mercados internacionais, como uma fragilidade, a ser explorada via especulação (LIMES, 2010).

A resposta dos Estados europeus a esta situação foi razoavelmente coerente, com vários Estados se associando para apoiar o elo da corrente que estava para quebrar – a Grécia – e lançando medidas para diminuir a fragilidade coletiva. Não obstante, a resposta européia não tem, e não poderia ter, a mesma coerência e articulação de um Estado único e fica evidente, portanto, como a falta de uma política econômica comum não pode ser substituída pela monetária e que, se os europeus querem realmente que o euro rivalize com o dólar, a primeira é mais do que necessária.

No entanto, a condução da política econômica depende do poder político e não há um único governo europeu. Mesmo com a criação de cargos como o de presidente europeu, o poder real continua – e tende a continuar – em Parlamientos, presidentes e primeiros-ministros eleitos nacionalmente e que têm que responder a seus eleitores. Assim, a fragilidade institucional da Europa acaba tendo reflexos econômicos e isso, por sua vez, pode abalar a crença no projeto como um todo.

Do mesmo modo, sem um governo comum que conduza a política externa e forças militares unificadas, o peso da Europa tende a ser naturalmente menor, o que leva ao problema da irrelevância estratégica, com todas as suas conseqüências.

Irrelevância militar e estratégica

O projeto da União Européia tem, na sua essência, como indicado acima, três objetivos chave: impedir novas guerras no continente europeu, garantir a prosperidade dos seus povos e recuperar a relevância internacional do continente. Os dois primeiros parecem garantidos, mas o terceiro está longe de ser atingido, o que frustra Bruxelas. Afinal, um grupo que reúne alguns dos países mais civilizados do mundo, com uma economia maior do que a americana, alta tecnologia e meio bilhão de habitantes teria condições de exercer influência maior nos destinos globais. Frente ao poder americano, contudo, a Europa já se demonstrou quase irrelevante em várias questões chave dos últimos anos e o grande temor é que, com a ascensão estratégica de China, Brasil e outros poderes, a influência européia diminua ainda mais.

A relativamente pequena capacidade européia em fazer valer a sua voz no cenário mundial deriva de vários fatores. Em primeiro lugar, a lenta decadência econômica e demográfica do continente o faz perder peso frente aos emergentes. Em segundo, a sua incapacidade em criar uma política externa comum e, por fim, a falta de um instrumento militar adequado para ação internacional. Três elementos que se relacionam entre si e que acabam por afetar o poder mundial da Europa, com a exceção de suas periferias imediatas.

A falta de um poder militar adequado realmente é um limitador de peso na ação internacional da Europa. Na verdade, o continente está longe de ser desarmado e/ou de investir pouco na sua segurança. Em 2008, o orçamento militar combinado dos países da União Européia foi de cerca de 300 bilhões de dólares, o que se converte no segundo do mundo, atrás apenas do americano. No mesmo período, suas forças ativas incluíam, segundo várias fontes internacionais, cerca de 1,5 milhão de homens na ativa, com milhares de tanques, cinco mil aviões de combate e transporte e uma frota naval de respeito.

Estas forças, contudo, não dispõem, salvo exceções (especialmente França e Reino Unido), da tecnologia e dos instrumentos para ação internacional efetiva. A maior parte dos soldados não é de profissionais (os únicos realmente habilitados para luta além das fronteiras nacionais nas sociedades ocidentais), seus porta-aviões são de pequeno porte e faltam outros instrumentos adequados, o que sempre foi um balde de água fria nas pretensões da União Europeia de ser uma grande potência.

Na verdade, a necessidade de rever a defesa europeia não é nenhum segredo, tanto que, depois do fim da União Soviética, as forças armadas europeias começaram a tentar seguir o exemplo dos EUA, criando uma estrutura menor, mais profissional, baseada na tecnologia e centrada na projeção externa do poder. Na Itália, na França, na Espanha e em outros locais, as forças armadas sofreram cortes e buscou-se a sua remodelação. De grandes forças de conscritos, voltadas para a defesa contra uma possível invasão soviética, para forças menores, mais ágeis e dirigidas para a projeção externa. No entanto, apesar dos esforços europeus, os resultados até agora foram bastante pequenos e as forças europeias, como indicado acima, carecem de efetiva capacidade neste sentido.

Na verdade, se o objetivo dos países europeus era realmente o de reorganizar os seus complexos militares para um novo padrão, mais tecnológico e eficiente, não parece que eles tenham se empenhado a fundo para dar conta deste objetivo. Basta recordar, a propósito, como, entre 1999 e 2009, os gastos militares globais cresceram 45%, enquanto os europeus aumentaram em apenas 14% (SENHORAS, 2009, p. 3) e não atingem nem 2% do PIB, o que reflete a baixa prioridade da questão militar na Europa de hoje e como esta situação não tende a se modificar.

Os exemplos da Grã-Bretanha e da Alemanha indicam com clareza esta situação. A primeira tenta manter sua posição de potência nuclear global, mas com dificuldades crescentes para encontrar os recursos necessários para tanto. Já a Alemanha anunciou recentemente um plano que, se colocados em prática na totalidade, significarão uma diminuição substancial nos efetivos e no gasto militar alemão, com a transformação da Alemanha em uma potência militar secundária e capaz de defender o território nacional, mas não muito mais do que isso.

Se pensarmos em termos das necessidades estratégicas alemãs atuais e nas desgraças que o militarismo trouxe ao país, talvez os dirigentes de Berlim não estejam errados. Sem interesse nem apoio interno para aventuras no exterior e com as fronteiras asseguradas por vizinhos amigos e pelo poder dos EUA, por que a Alemanha deveria gastar recursos, escassos num momento de crise como o atual, para manter custosas forças blindadas ou aéreas? Um raciocínio que, com menor ou maior força, se espalha pelo continente e que torna gastos e investimentos militares algo pouco aceitável.

A Inglaterra tem discutido a hipótese de unir esforços com a França e outros países europeus para renovar seu arsenal nuclear próprio e não há dúvidas que uma unificação das forças armadas europeias seria uma maneira, talvez a única, de dar a Europa uma capacidade de defesa mais apropriada. Hoje, temos 27 forças armadas nacionais, com burocracias, cadeias de comando e armamentos próprios. A união delas poderia produzir uma estrutura mais enxuta, com menos burocracia e órgãos administrativos, economia graças ao aumento de escala em aquisições e manutenção e, acima de tudo, mais efetiva pela simples combinação de recursos.

Na verdade, isso já vem ocorrendo. Os europeus já têm imensa experiência em missões conjuntas, como as de estabilização dos Balcãs (EUFOR) e a de combate aos piratas no Oceano Índico. A União Europeia também tem abordado regularmente o tema da defesa, legislando a respeito, e programas de desenvolvimento e aquisição comunitários de armamentos são comuns. Também existem iniciativas de criação de forças binacionais, como a brigada franco-alemã e a mais recente brigada de montanha ítalo-francesa, além de esqueletos de unidades multinacionais da União.

No entanto, apesar de tudo isto representar um imenso progresso, as limitações ainda são imensas. Boa parte dos requisitos e exigências, em termos de compras de armamentos, dos países europeus não são compatíveis entre si e isso leva a duplicação de esforços e desperdício de recursos. O uso de dezenas de tipos de armamentos, inúmeras línguas e várias cadeias de comando também atrapalham o esforço de ação conjunta.

Mas o principal problema, claro, é que as forças armadas respondem a estratégias nacionais de defesa separadas e obedecem as ordens de Estados diferentes, que nem sempre concordam com uma ação específica. Um grupo de ba-

talha formado pelo porta-aviões *Charles de Gaulle*, fragatas italianas e espanholas e submarinos poloneses e britânicos poderia seguir, digamos, para a África para uma missão de projeção de poder, mas, para tanto, seria necessário que Paris, Roma, Madri, Londres e Varsóvia estivessem rigorosamente de acordo sobre o que fazer e os objetivos a atingir, o que quase sempre é impossível.

Voltamos, assim, a questão do item anterior, ficando claro como só a unificação política pode permitir uma real unificação das políticas externas e das forças armadas e, como consequência, uma maior capacidade europeia em contar no mundo. No momento atual, contudo, isto não se avizinha no horizonte e as perspectivas europeias nesse campo, portanto, não são das melhores.

Conclusão

A Europa vive, hoje, a situação de enfrentar problemas que, em boa medida, são efeitos do seu próprio sucesso. Graças a seus generosos investimentos sociais e a distribuição de renda, ela tem, na média, o melhor nível de vida do mundo, o que é algo positivo. Em compensação, isso favorece o envelhecimento e a contração populacional e exige uma concentração de recursos no social que priva os Estados dos recursos para uma ação mais incisiva no mundo.

Ela também conseguiu, apesar das guerras no Leste Europeu nos anos 90, criar um ambiente pacífico num continente tradicionalmente militarista e tornar a perspectiva de guerra algo distante da maioria da população. Algo positivo, com certeza, mas a aversão a guerra também torna os europeus muito mais refratários a pagar o preço inevitável, em sangue e dinheiro, para quem quer contar em termos globais.

Por fim, a União Europeia (e a OTAN) teve tanto sucesso em criar um espaço próspero e pacífico que ela conseguiu estabilizar toda a sua periferia imediata apenas com a sedução da prosperidade e da adesão ao clube, sem precisar recorrer a outros instrumentos. Por outro lado, até por este sucesso, não há grandes estímulos para aprofundar o processo em direção a uma real unidade política e nem para criar uma estrutura militar independente da dos EUA, com as vantagens e as desvantagens acima mencionadas.

A força cultural e econômica da Europa, apesar de em queda relativa, ainda dará visibilidade e voz ao continente durante muitas décadas, mas dificilmente ele retornará ao seu período de supremacia do início do século XX. Depois de séculos de guerras civis no continente e de muito sangue derramado pelo mundo, os europeus não parecem realmente mais dispostos a pagar o preço pela independência e por terem voz nos assuntos mundiais. Uma opção que, provavelmente, é a mais correta, mas fica a pergunta se é possível manter a qualidade de vida, o crescimento econômico, a estabilidade e a paz quando, por falta de músculos militares e unidade política, os centros de decisão estarão cada vez mais distantes do Velho Continente.

Referências bibliográficas

- Bertonha, João Fábio. *Geopolítica, defesa e desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo*. Maringá: Eduem, 2010 (no prelo).
- Khanna, Parag. *O Segundo Mundo: impérios e influências na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- Limes – Rivista Italiana di Geopolítica*. Número especial “L’Euro senza l’Europa”. Maio/2010.
- Senhoras, Elói Martins. “A regionalização da segurança da América Latina” *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, N. 114, pp. 3-5, 2009.

Recebido em 22/06/2010

Aprovado em 01/07/2010

Resumo

O objetivo central desse artigo é a discussão sobre os caminhos da União Européia enquanto ator internacional neste início de século. Sua expansão geográfica, indefinição política e pouca relevância no panorama estratégico mundial serão especialmente enfocadas.

Abstract

The main purpose of this paper is the discussion about the problems of the European Union as an international actor in this new century. Its geographical expansion, its politics definition and its little relevance in strategic terms will be especially stressed.

Palavras chave: União Européia; expansão geográfica; estratégia; soberania.

Key words: European Union; geographical expansion; strategy; sovereignty.

